

Captação de Bolsas e Auxílios em Programas de Mestrado em Turismo e Hospitalidade: uma análise preliminar

Bárbara Gambaré dos Santos¹
Cláudia Cordeiro de Assis²
Geny Brillas Tomanik³

Resumo

Este artigo tem como objetivo levantar e caracterizar os apoios juntos aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, às pesquisas científicas, aos docentes e discentes nas áreas de Turismo e Hospitalidade no Brasil, bem como analisar e discutir a captação destes recursos na visão de seus coordenadores. Na forma de pesquisa exploratória de caráter qualitativo, baseou-se em levantamento de dados em *sites* oficiais e na opinião de coordenadores de cinco programas recomendados pela CAPES. Dentre os resultados obtidos, observou-se que a maioria das bolsas de discentes são de uma universidade pública, e que existem apenas duas bolsas de produtividade de docentes em duas universidades privadas. Considerando-se a grande diversidade de opções de bolsas e auxílios detectou-se a tímida captação de apoios externos pelos programas em Turismo e Hospitalidade, no país. Na visão de coordenadores contribuem para isso, o desconhecimento dos caminhos e mecanismos para os seus acessos, e ainda a carência de tempo dos docentes e/ou pesquisadores em captá-las.

Palavras-chave: Hospitalidade e turismo. Pós-graduação *stricto sensu*. Fomento. Captação de recursos. Brasil.

Introdução

Em todas as áreas do saber humano, o conhecimento científico é ampliado e consolidado por meio de pesquisas desenvolvidas na academia ou em outras instâncias, públicas e/ou privadas. O conhecimento científico faz parte de um processo dinâmico e temporal, e reflete o estágio de desenvolvimento de uma instituição, de um local ou região e até de um país. No Brasil, 1% do PIB é destinado a P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), enquanto países como os Estados Unidos, Alemanha e França destinam mais de 2% em P&D. No entanto, dentre os países emergentes, Brasil e Índia apresentam o melhor desempenho, apresentando maiores investimentos nessa área (RIBEIRO, 2010).

Assim, evidencia-se a necessidade e relevância em apoiar e fomentar as pesquisas científicas em todas as áreas do conhecimento.

¹ Mestranda em Hospitalidade pela Univ. Anhembi Morumbi. Especialista em Gestão de Negócios em Turismo e Hospitalidade e Bacharel em Turismo pela Univ. Nove de Julho. Docente da Univ. Nove de Julho. barbarajaragua@yahoo.com.br.

² Mestranda em Hospitalidade pela Univ. Anhembi Morumbi. Graduada em Administração de Empresas pela Univ. São Francisco – USF. Pós-graduada em Administração Hoteleira – SENAC – SP. Docente do Instituto Federal de Alagoas – IF-AL. claudiacordeirinho@gmail.com

³ Mestranda em Hospitalidade pela Univ. Anhembi Morumbi. Bacharel em Hotelaria pela Faculdade de Vinhedo, filiada à ANPTUR. gbtomanik@gmail.com.

O início de desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil é marcado pelos institutos de pesquisa, cuja origem remonta ao final do século XIX: em 1887, cria-se a Estação Agronômica de Campinas, atual Instituto Agrônomo de Campinas-SP; em 1899, o Laboratório de Resistência dos Materiais da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), atual Instituto de Pesquisas Tecnológicas-SP; em 1900, o Instituto Soroterápico; em 1949, o Instituto Militar de Tecnologia, atual Instituto Militar de Engenharia (RJ). (GUIMARÃES, 2002)

Entretanto, a institucionalização do parque brasileiro em Ciência e Tecnologia (C&T) deu-se apenas a partir da criação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1951, e das fundações estaduais e federais, como a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), em 1960, e a Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), em 1967 (GUIMARÃES, 2002). Na década de 1970 registram-se avanços principalmente nas universidades públicas, tendo como *locus* privilegiado os programas de pós-graduação com uma ação efetiva da CAPES.

Na verdade, as universidades iniciadas no Brasil a partir da década de 1920, com exceção da USP, foram criadas a partir de institutos isolados, alguns criados durante o império. A pesquisa científica entra na universidade apenas com a pós-graduação, a partir de meados de 1960 e com a ação efetiva da CAPES no final da década de 1970.

A partir de então, a pesquisa científica passa a ser condição *sine qua non* nas universidades para a sua existência. Em áreas tradicionais, como a Medicina, Engenharia e Agronomia, há maior apoio às pesquisas resultado de uma prática de captação de recursos estruturada e desenvolvida. Porém, em áreas emergentes, como em Turismo e Hospitalidade, com poucos programas de pós-graduação *stricto sensu*, qual seria esse cenário?

Foi deste questionamento que se originou esta pesquisa exploratória, traduzido no seguinte problema: Qual a situação atual da captação de recursos e outras formas de apoio às pesquisas nos programas de pós-graduação em mestrados de Turismo e Hospitalidade no Brasil? Tendo por objetivo geral, levantar e caracterizar os apoios e fomentos recebidos pelos docentes e discentes desses programas, busca-se, secundariamente: a) levantar e caracterizar, junto aos programas, os apoios captados (e vigentes) às suas pesquisas científicas; b) analisar e discutir a captação desses recursos na visão de seus coordenadores.

Trata-se de uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, desenvolvida a partir de levantamento de dados em sites oficiais das instituições e dos cursos, e da visão de seus coordenadores. Foi realizada no período de março a junho de 2011 junto às cinco universidades com programas *stricto sensu* em Turismo e Hospitalidade recomendados pela CAPES (2011), cuja Avaliação Trienal 2010, para o período 2007-2009, resultou em conceito 3 para todas, com exceção da UNIVALI que recebeu o conceito 5. (CAPES, 2011). Considera-se que esta pesquisa possa contribuir para o conhecimento das diferentes possibilidades e oportunidade de captação de apoios às pesquisas turísticas por parte dos programas, seus docentes e discentes.

1 Pesquisas científicas: pós-graduação e fomento no Brasil

Dentre as diferentes modalidades de cursos superiores no País, a pesquisa se posiciona mais claramente na graduação, na forma de iniciação científica, e na pós-graduação, na forma de pesquisas básicas e aplicadas. Percebe-se que “a formação de cientistas, pesquisadores e professores decorre de programas de pós-graduação *stricto sensu*, sejam mestrados acadêmicos, mestrados profissionalizantes ou doutorados” (REJOWSKI, 2010, p. 58).

Para Rejowski (1996) o Turismo ganhou relevância em pesquisas na área das Ciências Humanas e Sociais, embora não restritas a essa grande área, que impulsionaram o seu conhecimento científico multi e interdisciplinar. No entanto, tanto o Turismo quanto a Hospitalidade são campos emergentes em estágio inicial de consolidação e, como tal, se deparam com áreas mais consolidadas, as quais podem impor seus conceitos, metodologias e teorias (DENCKER, 2005).

A oferta de pós-graduação *stricto sensu* remonta à década de 1980 com a linha de pesquisa Turismo e Lazer do programa de pós-graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo, a qual originou o primeiro mestrado na área com funcionamento aproximadamente entre 1993 e 1998. Em 1997 surgiu o Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), a partir do qual são criados outros programas, inicialmente em instituições privadas na primeira metade da década de 2000 e, depois, em instituições públicas na segunda metade dessa década. (REJOWSKI, 2010)

Embora haja pesquisas sobre a produção científica desses programas, como os de Rejowski (1996), Fedrizzi (2008) e Moom (2009), não foram localizados trabalhos sobre os investimentos destinados às pesquisas científicas em Turismo e Hospitalidade, como bolsas

de pesquisa ou outras formas de apoio. Para compreender melhor os investimentos nas pesquisas em geral, independentemente da área em que se situam, tem-se o modelo de fomento às pesquisas no Brasil que se baseia principalmente nas agências e fundações de fomento às pesquisas. Destas destacam-se na esfera federal o CNPq e a CAPES ligados ao Ministério da Educação, e a FINEP como empresa pública; na esfera estadual, as Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), como a FAPESP (SP), FAPERGS (RS) e FUNCITEC (SC).

Algumas formas de fomento são destinadas apenas ao mestrando ou doutorando, e outras apenas a doutores, e são lançadas na forma de editais, alguns com data específica e outros em fluxo contínuo. Ao se consultar os *sites* dessas agências e órgãos de fomento à pesquisa no Brasil, nota-se que para a pós-graduação oferecem, em geral, bolsas individuais a pesquisadores, recursos a projetos de pesquisa e apoio à participação em eventos científicos. A seguir destacam-se as formas de fomento de duas dessas agências federais – a CAPES e o CNPq por serem os principais apoiadores da pós-graduação no Brasil.

Para os discentes, a CAPES tem o Programa Demanda Social (DS), que concede quota de bolsas aos programas de instituições públicas; o PROSUP (Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições de Ensino Particulares)⁴, aos programas de instituições privadas. Há ainda o REUNI (Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades), com recursos descentralizados pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu), por meio de parceria com a CAPES. As universidades públicas também podem obter recursos da CAPES por meio do PROAB (Programa de Apoio à Pós-Graduação) mediante a apresentação de um plano de trabalho institucional⁵. Há outras formas de apoio dessa agência, como para a realização e participação de docentes e discentes em eventos científicos, e a participação temporária de professores visitantes. (CAPES, 2011). Essa agência mantém acordos bilaterais para fomento a projetos conjuntos de pesquisa entre grupos do Brasil e do exterior. No caso de brasileiros, a CAPES financia o intercâmbio de docentes (realizando missões de trabalho) e o intercâmbio de alunos de pós-graduação (bolsas de estudo), e custeia despesas decorrentes das atividades dos projetos⁶.

⁴ Tem-se a bolsa PROSUP modalidade institucional que oferece recursos financeiros destinados à manutenção dos alunos e taxas escolares, e a modalidade edital que destina recursos financeiros na forma de bolsas de estudo para manutenção do aluno e de taxas escolares.

⁵ Os recursos desse programa não se destinam a bolsas individuais, mas sim à manutenção de equipamentos e laboratórios, produção de material didático-instrucional e publicações, realização de eventos científicos, participação em eventos científicos, participação de professores convidados em bancas examinadoras, dentre outros itens.

⁶ Os principais intercâmbios são desenvolvidos com a Comissão Fulbright (Estados Unidos), a Cofecub (França) e o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (Daad, na Alemanha). A Fundação Carolina (Espanha) também firmou acordo com a agência. (CAPES, 2011)

Por parte do CNPq, têm-se os auxílios às pesquisas e bolsas (individuais de fomento científico e tecnológico). No país, oferece a bolsa Produtividade em Pesquisa (PQ) a pesquisadores com título de doutor, que dá prestígio a quem a obtém, na forma de uma distinção que o “habilita” a participar de comitês de assessoramento para a avaliação de projetos de pesquisa e dos próprios programas de pós-graduação junto ao CNPq e a CAPES⁷. No exterior, oferece bolsas de doutorado pleno, pós-doutorado, estágio sênior e treinamento no exterior. Esse Conselho também oferece bolsas por quota destinadas a instituições públicas e privadas, programas de pós-graduação ou pesquisadores “para promover a formação de recursos humanos e/ou seu aperfeiçoamento” (CNPq, 2011, s.p.). Para as instituições, destacam-se as bolsas de Iniciação científica (PIBIC), as quais muitas vezes são orientadas por professores doutores vinculados aos programas de pós-graduação *stricto sensu*⁸; para os programas oferta bolsas de mestrado e doutorado; aos pesquisadores disponibiliza bolsas de iniciação científica (IC) e de apoio técnico (AT) (CNPq, 2011). Os auxílios referem-se ao apoio à vinda de pesquisador visitante (APV), à participação em eventos científicos (AVG), à promoção de eventos científicos (ARC), ao projeto individual de pesquisa (APQ) e à editoração (AED).

Por fim, cita-se que o fomento às pesquisas consideradas prioritárias pelo governo federal também se viabiliza na forma de contratação de projetos de pesquisa por meio de editais específicos do CNPq, da CAPES ou por outros organismos mediante convênio ou parceria com outras instituições e organismos. Como exemplo, cita-se a chamada pública nº 01/2011, do Banco do Nordeste do Brasil, através do Programa BNB/ETENE Teses e Dissertações, que tem como objetivo apoiar a formação de recursos humanos nas seguintes áreas temáticas de relevância para o desenvolvimento da Região Nordeste e de interesse do BNB: economia, meio ambiente, turismo, desenvolvimento regional, convivência com semiárido, sociologia, planejamento urbano e regional.

2 Metodologia

Paralelamente ao levantamento e análise bibliográfica sobre o tema, identificaram-se cinco programas recomendados pela CAPES nas áreas de Turismo e Hospitalidade, que se

⁷ Conforme anotação da disciplina “Ensino e Pesquisa em Hospitalidade e Turismo”, ministrada pela professora Mirian Rejowski, no Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, no primeiro semestre de 2011.

⁸ Idem nota de rodapé 5.

constituíram na amostra desta pesquisa. Em seguida, coletaram-se os seguintes dados a partir de consulta aos *sites* dos programas e das respectivas universidades (pró-reitora de pesquisa): programa (nome, tipo, início) e instituição que o sedia (nome, tipo, local, política de apoio e captação de recursos às pesquisas). Por fim, aplicou-se um questionário aberto aos coordenadores desses programas, enviado por e-mail, além de contatos telefônicos com a secretaria dos programas. Na sua primeira fase, além do levantamento bibliográfico foram consultados também os *sites* das principais agências de fomento do país (CAPES, CNPq, FINEP e Fundações estaduais) e feito contato por e-mail com a CAPES e o CNPq para levantamento das bolsas e auxílios concedidos na área de Turismo. Na segunda fase, houve a seleção dos programas recomendados pela CAPES na última avaliação trienal dessa Coordenação (2007-2009). Com isso, a amostra intencional reuniu os seguintes programas: Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi (UAM); Mestrado em Turismo da Universidade de Brasília (UnB); Mestrado em Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN); Mestrado em Turismo da Universidade Caxias do Sul (UCS); e Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade Vale do Itajaí (UNIVALI).

Tabela 1 – Características dos Programas de Mestrado em Turismo e Hospitalidade no Brasil

| Universidade | Programas | Início | Linhas de Pesquisa |
|--------------|---------------------|--------|---|
| UNB | Turismo | 2007 | Economia, Gestão, Políticas e Planejamento do Turismo; Cultura, Patrimônio e Memória do Turismo. |
| UFRN | Turismo | 2008 | Turismo e Desenvolvimento Regional; Gestão em Turismo. |
| UAM | Hospitalidade | 2001 | Dimensões Conceituais e Epistemológicas da Hospitalidade e do Turismo e Políticas; Gestão em Hospitalidade e Turismo. |
| UCS | Turismo | 2000 | Turismo, Organização e Sustentabilidade; Turismo, Cultura e Educação. |
| UNIVALI | Turismo e Hotelaria | 1997 | Planejamento e Gestão dos Espaços para o Turismo; Planejamento e Gestão de Empresas de Turismo. |

Fonte: Elaboração própria, 2011.

Foram excluídos da amostra os mestrados em Turismo e Meio Ambiente do Centro Universitário UNA e em Cultura e Turismo da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), pois não alcançaram nota mínima na última avaliação da CAPES; o doutorado em Administração e Turismo da UNIVALI, por ser híbrido e contar com docentes de ambas as áreas, sendo que os docentes da área de Turismo encontram-se no mestrado em Turismo e Hotelaria dessa universidade; e ainda o mestrado profissional em Gestão de Negócios Turísticos da Universidade Estadual do Ceará (UECE) que foi reaberto em 2010 e deverá ter

uma nova turma a partir do segundo semestre de 2011. A tabela 1 apresenta os dados gerais dos programas da área, no qual se nota um programa iniciado na década de 1990, dois na primeira metade da década de 2000 e outros dois na segunda metade dessa década sendo os mais recentes. São três instituições privadas e duas públicas a ofertar programas na área.

Efetuiu-se consulta aos *sites* das universidades e dos respectivos programas, e enviou-se um questionário aos coordenadores para o levantamento de dados acerca de: a) apoio às pesquisas de discentes; b) apoio às pesquisas de docentes; c) visão sobre a captação de recursos e seus impactos. Pelo prazo exíguo para obtenção dos dados, optou-se por levantar a situação atual da captação de apoios pelo programa na forma de bolsas e outros apoios vigentes recebidos por seus docentes e discentes.

3 Apoios às pesquisas nos Mestrados em Turismo e Hospitalidade no Brasil

3.1 Apoios a discentes e docentes dos programas

Os editais abertos pelas Instituições de Ensino Superior que ofertam mestrados em Turismo e Hospitalidade ou se referem às bolsas da Capes ou do CNPq obtidas pelo programa ou se referem a auxílios da própria universidade. Conforme informados pelos coordenadores, descrevem-se os procedimentos por programa a seguir.

- UAM: Os editais de Bolsa PROSUP/CAPES são publicados em período condicionado à liberação de bolsas, ou seja, quando os bolsistas em curso finalizam o curso durante o primeiro e o segundo semestre.
- UCS: Essas bolsas estão sujeitas a editais anuais, conforme decisão administrativa da reitoria. O critério de classificação pelo Programa tem sido o de mérito, sendo observada a classificação no processo seletivo.
- UFRN: A seleção anual segue normas do Programa, com base em regulamento PROAP/CAPES para bolsas CAPES. As demais categorias são destinadas pelos próprios órgãos seguindo seus próprios regulamentos e editais específicos.
- UNB: O Decanato de Pesquisa e Pós Graduação oferece auxílios para a pesquisa de campo e para participação em congressos no Brasil anualmente. O critério básico é ser aluno regular do Mestrado e estar desenvolvendo pesquisa da dissertação.
- UNIVALI: A abertura de editais ocorre de acordo com a dinâmica de defesas daqueles mestrados já contemplados com bolsas. A abertura de editais acontece com periodicidade variável, justamente em função desta dinâmica, mas em geral todo ano é liberada

alguma(s) das 5 bolsas que o Programa detém atualmente junto aos órgãos externos de financiamento (CAPES/CNPq).

Pelos dados acima, nota-se que no âmbito de apoio interno às pesquisas apenas a UnB destina recursos. Apesar de não ter sido informado pela UCS, essa universidade apoiou a participação de seus discentes e discentes nos dois últimos Seminários da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Turismo (2009 e 2010)⁹.

Com relação à captação de apoios externos, tem-se a tabela 2, onde se verifica que o programa que apresenta maior captação externa de bolsas é de uma universidade pública – a UFRN, com 12 bolsas PROSUP, 2 REUNI e ainda 2 da Fundação Ford, totalizando 18 bolsas que devem ser destinadas a boa parte do seu corpo discente. Em seguida aparece o programa da UCS, onde se destacam as bolsas ofertadas pela própria instituição na forma de isenção total ou parcial das mensalidades. A UNIVALI e a UnB figuram em terceiro lugar com 5 bolsas e em último a UAM com 4 bolsas. Observa-se ainda que as bolsas externas obtidas junto a uma fundação internacional – a Fundação Ford – destinam-se a mestrandos oriundos do exterior (de Moçambique), com o que se questiona se tais instituições não apoiariam também as pesquisas de brasileiros.

Tabela 2 – Apoio às pesquisas em Turismo e Hospitalidade por agência de fomento no Brasil

| Agências/ Instituições de fomento | Bolsas por universidades ¹ (n°) | | | | |
|-----------------------------------|--|-----------|----------|-----------|----------|
| | UnB | UFRN | UAM | UCS | UNIVALI |
| CAPES | | | | 4 | |
| CAPES-PROSUP | | | 4 | | 4 |
| CAPES-DS | | 12 | | | |
| REUNI/SESu | 5 | 4 | | | |
| CNPq | | | | | 1 |
| PQ | | | 1 | | 1 |
| FUNDAÇÃO FORD ² | | 2 | | | |
| BOLSAS AUTOGESTÃO ³ | | | | 6 | |
| Total | 5 | 18 | 5 | 10 | 6 |

Fonte: Resultados da pesquisa das autoras, 2011.

¹ UNB: Universidade de Brasília; UFRN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte; UAM: Universidade Anhembi Morumbi; UCS: Universidade Caxias do Sul; UNIVALI: Universidade do Vale do Itajaí.

² Bolsistas de Moçambique.

³ “Meias bolsas” (isenção integral ou parcial das mensalidades).

⁹ Conforme anotações das aulas da disciplina “Ensino e Pesquisa em Hospitalidade e Turismo” do Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, ministrada pela prof. Dra. Mirian Rejowski no primeiro semestre de 2011.

Distribuindo os apoios por tipo de universidade, tem-se a prevalência destas nas universidades privadas (23 bolsas), o que pode abrir a discussão sobre as políticas de fomento por parte das agências governamentais na priorização desses auxílios para tais universidades em detrimento das universidades privadas, ou o desconhecimento ou falta de empenho na captação de recursos junto a essas agências e inclusive a outras instituições como fundações e organizações não governamentais.

Com relação aos apoios a docentes, dentre as universidades privadas pesquisadas, a UNIVALI disponibiliza como apoio e fomento às pesquisas de docentes do seu programa a alocação de carga horária para pesquisa em função da produtividade. A UAM e a UCS disponibilizam bolsas de produtividade interna e recursos para participação em eventos científicos, com um limite anual de solicitações individuais. Somente dois docentes possuem bolsa de produtividade (PQ) do CNPq, sendo um da UAM e outro UNIVALI, devido aos programas serem mais antigos na área e seus pesquisadores/docentes se empenharem na produção científica.

Além disso, foi detectado que todas as universidades pesquisadas podem pleitear bolsas e auxílios junto as FAP's dos seus respectivos estados, UFRN (FAPERN – Fundação do Estado do Rio Grande do Norte e FUNPEC – Fundação Norte-Rio-Grandense de Pesquisa e Cultura); UCS (FAPERGES – Fundação do Rio Grande do Sul); UNIVALI (FUNCITEC – Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina e FAPESC – Fundo de Amparo a Pesquisa de Santa Catarina); UAM (FAPESP) e a UnB (FAPDF – Fundação de Amparo à pesquisa do Distrito Federal).

As universidades públicas (UFRN e UnB), além das bolsas e auxílios citados anteriormente, podem buscar apoio para a compra de material e equipamentos para a pesquisa e a publicação de livros, através de editais específicos; há, ainda, recursos internos para a participação em eventos científicos, desde que observados os prazos de solicitação dos mesmos e a verba disponível.

O afastamento remunerado para pós-doutorado dos docentes das universidades públicas fica a critério da Administração, a ser concedido ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório ou licença para o trato de assuntos particulares (Lei nº 9.527, de 10/12/97). Nas universidades privadas, há regulamento específico para os afastamentos de seus docentes, sendo que a UCS e a UNIVALI oferecem

afastamento remunerado para estágio de pós-doutorado de forma programada, ou seja, sai um docente de cada vez.

3.2 Visão dos coordenadores

Em relação à existência de uma política interna nas universidades públicas e privadas que oferecem mestrados em Turismo e Hospitalidade, constatou-se que todas as universidades divulgam informações aos seus pesquisadores sobre possibilidades de apoios e auxílios externos, exceto na UAM em cujos sites consultados não aparecem tais informações. Nesta universidade, assim como nas demais, existe o acompanhamento em relação aos recursos captados externa ou internamente.

As principais dificuldades levantadas pelos coordenadores dos programas estão relacionadas à: a) falta de conhecimento por parte dos docentes e discentes nos processos e trâmites para a captação de bolsas e auxílios externos; b) falta de compreensão da importância da obtenção desses auxílios para o programa, seja pelos recursos materiais ou pela “chancela” à pesquisa; c) excesso de trabalho administrativo demandado, tanto para submissão e elaboração de relatórios técnicos, quanto na prestação de contas desses apoios o que desestimular sua captação; d) ausência de tempo disponível dos docentes para elaborar projetos e conduzir pedidos junto às agências e instituições de fomento; e) falta de envolvimento dos discentes em se candidatarem a bolsas na instituição e fora desta. Outras dificuldades citadas referem-se à área de conhecimento ser recente e dificuldade de inserção regional de algumas universidades em virtude da localização do mestrado fora dos grandes centros urbanos citada pelo coordenador da UNIVALI.

Outro fator relevante abordado pelos coordenadores dos cursos nas instituições privadas, é que alguns auxílios e bolsas das agências de fomento não são destinados às universidades privadas e quando há essa possibilidade há “certa prevenção na cessão dos mesmos” a docentes e discentes de instituições “lucrativas”. Cabe destacar que a CAPES não oferece bolsas e nem verbas de custeio para mestrado profissional, apesar de ser público e gratuito, na justificativa de que podem se auto-sustentar com seus projetos e captação de patrocínios. As universidades também possuem apoio para a iniciação científica através do CNPq, CAPES e FAP’s, mas, segundo os coordenadores, o número de bolsas e auxílios é insuficiente para a demanda de alunos interessados.

A repercussão do apoio junto aos discentes, no que se refere às bolsas, estimula a demanda aos Programas de Mestrado, especialmente por parte daqueles candidatos com limitações financeiras, e proporcionam maior aproveitamento em todas as fases do curso pelos mestrandos contemplados. No caso dos discentes egressos, a condição de ex-bolsista ou de pesquisador vinculado a um grupo de pesquisa lhes confere, além da própria experiência em investigação, um diferencial competitivo para a sua projeção profissional como pesquisador e docente.

Em relação aos docentes, os fomentos alavancam seu progresso na carreira acadêmica como pesquisadores na capacidade de interlocução com seus pares acadêmicos e na abertura de novos espaços dentro da universidade e fora desta, com reflexos positivos no ensino de graduação e pós-graduação. Além disso, os recursos às pesquisas servem como estímulo ao seu desenvolvimento e reconhecimento do tema estudado, fortalece o currículo do pesquisador e valoriza o programa junto à CAPES do relato a respeito do programa, apresentado anualmente à CAPES; especialmente, viabiliza o desenvolvimento de pesquisas com maior fôlego e alcance, possibilitando resultados cientificamente mais expressivos.

Considerações finais

A existência de mecanismos de financiamento e apoio ao fomento de pesquisas científicas em Turismo e Hospitalidade é um requisito fundamental para o desenvolvimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e a geração de conhecimento científico de qualidade nos mesmos, quer nas universidades públicas, quer nas universidades privadas.

Considerando o Turismo e a Hospitalidade como campos emergentes de estudo e pesquisa, verificou-se que a captação de recursos externos às universidades dos programas pesquisados ainda pode ser considerada tímida, exceto em uma das universidades públicas em relação aos apoios a discentes. Os docentes com bons projetos de pesquisa precisam ser mais agressivos e contarem com o apoio interno das suas universidades para a captação de verbas externas que possam alavancar tanto os programas quanto a geração de conhecimento científico de qualidade.

Por fim, a visão dos coordenadores expressa pontos estratégicos a serem considerados pelos programas e por suas instituições de ensino superior para a tomada de ações que criem condições reais para que os docentes/pesquisadores e discentes dos seus programas possam concorrer e captar recursos externos não apenas na forma de bolsas, mas também em diversos

outros tipos de auxílio. Assinala-se aqui a necessidade de maior divulgação e de recursos humanos para apoiar as ações, ao lado de outras pesquisas que aprofundem e comparem os apoios obtidos na área com os de outras áreas mais consolidadas.

Referências

- DENCKER, A. de F. M. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo**. – São Paulo: Futura, 1998.
- BASTOS, S.; FEDRIZZI, V. Produção acadêmica do programa de mestrado em hospitalidade. **Revista Hospitalidade**. São Paulo: Editora Anhembi Morumbi, Ano 3, n. 1, 2006, p. 98-106.
- BORTOLOZZI, F.; GRENSKI, W. Pesquisa e pós-graduação brasileira. **Revista Brasileira de Pós-Graduação**, Brasília, v. 1, n. 2, p. 35-52, 2005
- CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. Disponível em: <www.capes.gov.br> Acesso em: 19 abr. 2011.
- CHAIMOVICHI, H.; MELCOP, P. D. Notas preliminares sobre financiamento à pesquisa no Brasil. **Revista USP**, São Paulo, n.73 São Paulo maio 2007.
- CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Disponível em: <http://www.cnpq.br>. Acesso em: 19. abr 2011.
- DENCKER, A. de F. M. **Pesquisa como base a construção teórica no campo do turismo e da hospitalidade**. Revista Hospitalidade, São Paulo, ano 2, n. 1, p. 55-67, 1º sem. 2005.
- FEDRIZZI, V. L. F. **Conhecimento gerado no programa de mestrado da Universidade Anhembi Morumbi**. São Paulo: UAM, 2008. (Dissertação de Mestrado).
- GUIMARÃES, R. Pesquisa no Brasil – a reforma tardia. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 4, p. 41-47, 2002.
- LEFEVRE, F. ; LEFEVRE, A. M. C. **Pesquisa de representação social**. Um enfoque qualiquantitativo. Brasília: Liberlivro, 2010..
- MOOM, C. F. **O conhecimento científico em turismo no Brasil: curso de pós-graduação (stricto sensu) - período de 2000 a 2006**. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2009.
- REJOWSKI, M. **Pesquisa científica em turismo no Brasil (1990 a 2005)**. Comunicação, produtividade e posicionamento. São Paulo: UAM, 2010 (Relatório de pesquisa PQ CNPq).
- REJOWSKI, M. Realidade turística nas pesquisas científicas. Visão de pesquisadores e profissionais. São Paulo: ECA-USP, 2v. (Tese de Livre Docência), 1997.
- REJOWSKI, M. **Turismo e pesquisa científica**. Pensamento internacional X Situação brasileira. Campinas-SP: Papyrus, 1996.
- RIBEIRO, A. Relatório dos EUA: Investimentos em P&D no Brasil são dos que mais crescem no mundo. **Valor Econômico**, São Paulo, 22 jan. 2010.
- VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 1998.